



ESMESC

Escola Superior
da Magistratura
do Estado de
Santa Catarina

SIMULADO SEMESTRAL 2020.2

**INSTRUÇÕES GERAIS SOBRE A PROVA FORAM
DISPONIBILIZADAS NA PLATAFORMA
EDUCACIONAL DA ESMESC.**

Florianópolis, 04 de dezembro de 2020.



DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As CPIs não podem decretar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico.
- b) As decisões do Presidente de uma CPI são sempre vinculadas, e não discricionárias, em função do princípio da legalidade.
- c) CPIs não podem decretar arresto ou busca e apreensão de bens, em razão da cláusula de reserva de jurisdição.**
- d) Para criação de uma CPI é necessário 1/3 da assinatura dos membros da casa legislativa, com aprovação da maioria absoluta do plenário da casa legislativa.
- e) As CPIS podem investigar tanto atos do poder público e de particulares, pois é permitido que essa comissão quebre a privacidade e intimidade do indivíduo.

2. Em relação ao *Amicus Curiae* no processo de controle abstrato/concentrado de constitucionalidade é CORRETO afirmar:

- a) A Ação declaratória de constitucionalidade não tem participação de *Amicus Curiae*, por expressa vedação legal.
- b) No processo de controle abstrato o *Amicus Curiae* é considerado parte processual tendo direito de pedir adiamento do julgamento e recorrer das decisões de mérito.
- c) O *Amicus Curiae* é uma forma de abertura do processo de controle concentrado, permitindo as participações de pessoas que tenham notoriedade sobre a matéria discutida, com intuito de emitir parecer sobre a constitucionalidade ou não da mesma.**
- d) A atuação de *Amicus Curiae* impede a realização de audiências públicas nos processos de controle concentrado.
- e) No processo de controle concentrado o *Amicus Curiae* pode interpor recurso de Apelação da decisão proferida pelo Tribunal.

3. Sobre a incorporação de tratados internacionais de direitos humanos é CORRETO afirmar:

- a) Todos tratados de direitos humanos devem ser incorporados com *status* de emenda constitucional.
- b) Os tratados de direitos humanos com *status* supralegal são integrantes do bloco de constitucionalidade.
- c) Para incorporação dos tratados de direitos humanos com *status* de emenda constitucional é necessária a sanção do Presidente da República.
- d) A escolha do procedimento de incorporação dos tratados de direitos humanos, de *status* de emenda constitucional ou supralegal, é de competência do Presidente da República.



e) Os tratados internacionais sobre direitos humanos incorporados na regra do art. 5º. parágrafo 2º tem *status* supralegal.

4. Em relação a Ordem Social assinale a alternativa CORRETA:

a) A saúde é direito de todos e dever da sociedade, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

b) A sociedade garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

c) A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, salvo as determinadas pelo legislador no caso de edição de leis, conforme o disposto na Constituição.

d) A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

e) A definição dos critérios de classificação indicativa de espetáculos de tv e de teatro é competência concorrente da união, estados e municípios.

5. Em relação aos atos do processo legislativo, assinale a alternativa que apresenta aqueles nos quais é dispensada sanção presidencial:

a) Lei ordinária e decretos legislativos.

b) Resoluções e medidas provisórias aprovadas sem emenda.

c) Lei delegada e lei complementar.

d) Lei complementar e medida provisória aprovada sem emenda.

e) Emenda constitucional e lei ordinária.

6. Assinale a alternativa CORRETA:

a) O princípio da aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais não é aplicável aos direitos sociais.

b) É livre a locomoção no território nacional em qualquer tempo, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

c) Os estrangeiros não residentes, conforme a jurisprudência do STF, não podem ser titulares de direitos fundamentais.

d) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, dependentemente de licença do poder judiciário.

e) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.



7. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

b) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e os militares.

c) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para dois períodos subseqüentes.

d) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até um ano antes do pleito.

e) Filho de senador não pode, no estado em que o pai foi eleito, concorrer ao cargo de prefeito.

8. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que a dotarem, conforme previsto na CF/88.

b) Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

c) O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.

d) A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subseqüente.

e) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

9. Assinale a alternativa que apresenta dois legitimados universais para propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade:

a) Presidente da República e Governador de Estado.

b) Mesa da Assembleia Legislativa e Partido Político.

c) Procurador Geral da República e Conselho Federal da OAB.

d) Entidade de classe de âmbito nacional e Partido Político com representação no Congresso Nacional.



e) Mesa da Assembleia Legislativa e Mesa da Câmara dos Deputados.

10. Assinale a alternativa CORRETA:

a) A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Câmara dos deputados, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

b) Não perderá o mandato o Deputado ou Senador investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária.

c) Desde a posse, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

d) As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.

e) As emendas constitucionais terão sua votação iniciada na câmara dos deputados.

DIREITO CIVIL

1. Considere que Antônio herdou o imóvel invadido por seu pai, Benito. Neste caso, o herdeiro adquire posse:

a) Injusta e de má-fé.

b) Justa e de boa-fé.

c) Justa e de má-fé.

d) Injusta e de boa-fé.

e) Nenhuma das anteriores.

2. A função social da propriedade relativiza o caráter ilimitado e absoluto do direito de propriedade e tem como prerrogativa a materialização da socialidade. Em relação à função social da propriedade, pode-se afirmar que:

a) Se o proprietário de um imóvel rural não observar os requisitos essenciais para o cumprimento da função social da propriedade, como a utilização adequada dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente e a observância da legislação trabalhista, poderá ser desapropriado.

b) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 permite a usucapião de imóvel público com base na função social da propriedade, por meio da usucapião extraordinária, desde que comprovado relevante interesse social.

c) A função social não integra o conceito de propriedade.

d) A função social da propriedade não implica obrigacionalização do direito de propriedade, ou seja, o proprietário somente tem direitos, não tendo deveres relativos ao



cumprimento da função social.

e) A função socioambiental, econômica e humana não contemplam a função social da propriedade.

3. Sobre o instituto da guarda, é CORRETO afirmar:

a) Se o juiz verificar que o filho não deve permanecer sob a guarda do pai ou da mãe, deferirá a guarda a pessoa que revele compatibilidade com a natureza da medida, considerados, de preferência, o grau de parentesco.

b) O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia de quinze em quinze dias ou segundo o que acordar com o outro cônjuge, bem como fiscalizar sua manutenção e educação.

c) O direito de visita estende-se a qualquer dos avós, a critério do juiz, observados os interesses da criança ou do adolescente.

d) Na audiência de conciliação, o Ministério Público informará ao pai e à mãe o significado da guarda compartilhada, a sua importância, a similitude de deveres e direitos atribuídos aos genitores e as sanções pelo descumprimento de suas cláusulas.

e) Na guarda compartilhada, a cidade considerada base de moradia dos filhos será aquela que melhor atender aos interesses do genitor guardião.

4. Relativamente ao Direito Sucessório, é CORRETO afirmar:

a) De acordo com o Código Civil não é possível nomear testamenteiro em codicilo.

b) Na linha colateral, se apenas concorrerem tios e sobrinhos aos bens do falecido, que não é casado, nem deixa pais e filhos, os sobrinhos serão chamados à sucessão.

c) O Código Civil permite expressamente que se realize testamento conjuntivo.

d) De acordo com o STJ, o reconhecimento do direito real de habitação pressupõe a inexistência de outros bens no patrimônio do cônjuge/companheiro sobrevivente.

e) O direito de demandar a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em quatro anos, contados da abertura do inventário.

5. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é CORRETO afirmar que:

a) A repristinação consiste na revogação de leis que aguardam o período de *vacatio legis*.

b) Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige bem como os princípios gerais do direito.

c) A analogia e a equidade são métodos de preenchimento de lacunas na lei.

d) Salvo disposição em contrário a lei começa a vigorar em todo o território nacional 45 dias após a promulgação.

e) Salvo disposição em contrário a lei começa a vigorar em todo o território



nacional 45 dias após a publicação.

6. Sobre a capacidade civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A capacidade plena será sempre atribuída aos maiores de 18 anos.
- b) A capacidade de fato poderá ser suprida pelos institutos da representação e da assistência.**
- c) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas a lei condiciona a partir da concepção os direitos do nascituro.
- d) Posiciona-se o STJ acerca da adoção da teoria natalista quando se trata de direitos do nascituro.
- e) A capacidade de direito possibilita o exercício pessoal dos direitos da pessoa natural.

7. Em relação ao dono ou detentor do animal:

- a) Ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.**
- b) Será sempre obrigado a ressarcir o dano causado independentemente de culpa.
- c) Não responderá pelos danos em razão da periculosidade do animal.
- d) Poderá alegar culpa da vítima mas não poderá alegar força maior.
- e) Não poderá alegar culpa da vítima mas poderá alegar força maior.

8. No tocante ao estudo dos contratos em geral, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O instituto da evicção tem como objetivo proteger o adquirente de boa-fé, que não sabia que a coisa pendia de litígio ou era de propriedade de outrem.**
- b) Tanto o distrato quanto a rescisão podem ocorrer de maneira unilateral.
- c) Aplica-se a resolução por onerosidade excessiva em todas as espécies contratuais.
- d) O contrato preliminar, exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.
- e) A herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato.

9. A Lei A de vigência temporária, revoga expressamente a Lei B. Tendo a lei revogadora perdido a vigência, é CERTO que:

- a) A lei revogada é automaticamente restaurada, já que a lei revogadora é temporária, e os seus efeitos apenas suspensos.
- b) A lei revogada é automaticamente restaurada, já que não se pode ficar sem lei.
- c) A lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, porque não é admitido o princípio da comoriência.
- d) A lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, salvo disposição expressa neste sentido.**
- e) A lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, eis que não incide o princípio da gravitação jurídica.

10. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:



- a) Comete ato ilícito aquele que causa danos a outrem, ainda que não tenha havido, de sua parte, ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência.
- b) Comete ato ilícito aquele que, ao exercer um direito do qual é titular, excede manifestamente os limites impostos pelo fim social desse direito.**
- c) Não comete ato ilícito aquele que, ao exercer um direito do qual é titular, excede os limites da boa-fé.
- d) Constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.
- e) Constituem atos ilícitos os praticados em estado de necessidade, legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Em relação à fase de cumprimento de sentença que condena o devedor ao pagamento de obrigação alimentar, é INCORRETO afirmar que:

- a) Se, uma vez intimado, no prazo de 03 (três) dias o executado não efetuar o pagamento, não provar que o efetuou e nem apresentar eventual justificativa acerca da impossibilidade de efetuá-lo, o juiz mandará protestar o pronunciamento judicial e decretar-lhe-á a prisão civil.
- b) Caso seja decretada a prisão civil do executado, mesmo que a cumpra integralmente, o executado não se eximirá do pagamento das prestações vencidas e vincendas.
- c) O juiz mandará intimar o executado pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo.**
- d) Para instaurar a fase de cumprimento de modo a acarretar, em caso de inadimplemento injustificado, a prisão civil do executado, o débito alimentar exequendo deverá compreender apenas até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução, bem como aquelas se vencerem no curso do processo.
- e) Para lograr acolhimento da justificativa apresentada, caberá ao executado comprovar fato que tenha gerado a impossibilidade absoluta de pagar, não sendo admitida para tal fim, de regra, a mera alegação de desemprego.

2. A respeito do processo de execução disciplinado no novo CPC, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Segundo o novo CPC, a alienação de bem penhorado dá-se agora, exclusivamente, por iniciativa particular.
- b) Relativamente à adjudicação de bens pelo exequente, o código assevera que o ato considera-se perfeito e acabado com a lavratura da carta de adjudicação, que deverá ser assinada pelo juiz, pelo adjudicatário, pelo escrivão e, se estiver presente, pelo executado.



c) Na execução por carta, os embargos à execução poderão ser oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, em regra.

d) Na execução fundada em título extrajudicial contra a Fazenda Pública, esta será citada para opor embargos no prazo de 30 dias. Não opostos os embargos, ou sendo estes julgados improcedentes, independentemente do valor do débito, deverá ser expedido o competente precatório.

e) É considerada fraude à execução a alienação ou oneração de bens quando ao tempo do ato tramitava contra o executado ação capaz de reduzi-lo à insolvência. O reconhecimento da fraude, no entanto, depende de averbação da citação da respectiva ação na matrícula do imóvel.

3. Fulano e Beltrano são advogados, e compartilham o mesmo escritório de advocacia sem, contudo, terem formalizado sociedade perante a Ordem dos Advogados do Brasil. Considerando esse enunciado, assinale a alternativa CORRETA:

a) Fulano e Beltrano, nos processos em que atuam, podem requerer que o pagamento dos honorários que lhes caibam seja efetuado em favor do escritório de advocacia.

b) Se Fulano for casado com um magistrado, este magistrado estará impedido de atuar nos processos em que figure qualquer um dos advogados.

c) Se Fulano e Beltrano atuarem em um processo que tramite com autos físicos, mas representando partes diferentes, terão prazo em dobro para todas as manifestações.

d) Nas causas em que atuarem, Fulano e Beltrano deverão ter, na procuração, o nome do escritório na condição de outorgado.

e) Para fins de impedimento, somente a sociedade de advogados formalmente constituída será considerada. O escritório de advocacia, não.

4. Fulano e Beltrano são fiadores em um contrato de locação de imóvel urbano. Atuam como garantes de Aníbal, o locatário, e renunciaram ao benefício de ordem através de cláusula expressa do contrato. O locador, Tício, propõe ação de despejo por falta de pagamento cumulada com cobrança de alugueres e encargos da locação, e coloca no polo passivo Fulano e Aníbal. Qual dos seguintes institutos será o adequado para que Fulano consiga exercer o seu direito de regresso perante Beltrano?

a) Chamamento ao processo.

b) Denúnciação da lide.

c) Nomeação à autoria.

d) Oposição.

e) Embargos de terceiro.



5. Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar:

a) O procedimento especial previsto no Código de Processo Civil, a ser impresso nas ações de família de natureza contenciosa, são empregados exemplificativamente nas ações de divórcio, separação, reconhecimento e extinção de união estável, guarda, visitação e filiação, dentre outras demandas inerentes ao Direito de Família, que não possuem regramento procedimental em legislação específica.

b) Ajuizada a ação de divórcio ou de separação judicial de natureza litigiosa, o procedimento a ser impresso será o procedimento comum, previsto no Código de Processo Civil, já a partir da propositura da demanda.

c) A citação do réu nas ações de família de cunho litigioso, dá-se pela mesma forma como ocorre no procedimento comum, sendo plenamente cabível a citação pela via postal, assim como a citação por hora certa e a citação por edital.

d) O procedimento especial previsto no Código de Processo Civil para o processamento das ações de família de cunho contencioso é aplicado durante todo o procedimento, mesmo se não houver acordo entre as partes e o feito necessitar de dilação probatória.

e) Em havendo a possibilidade de as partes alcançarem o consenso no curso de uma determinada ação de família de cunho litigioso e considerando a existência de partes e interessados maiores e capazes, o Juiz deverá extinguir o feito e determinar que a demanda seja solucionada na via extrajudicial, por se tratar de via obrigatória.

6. Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

a) O recurso pode ser interposto pela parte vencida e vencedora, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da lei.

b) Compete ao terceiro demonstrar a possibilidade de a decisão sobre a relação jurídica submetida à apreciação judicial atingir direito de que se afirme titular ou que possa discutir em juízo como substituto processual.

c) O recurso adesivo não está subordinado ao recurso principal.

d) O recorrente poderá, a qualquer tempo, com a anuência do recorrido, desistir do recurso.

e) A interposição do recurso, impede a eficácia da decisão recorrida.

7. Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

a) A insuficiência do valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará em deserção.

b) Em hipótese alguma o relator poderá relevar a pena de deserção.

c) O equívoco no preenchimento da guia de custa implicará a aplicação da pena de deserção.

d) O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a decisão recorrida.



e) O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a decisão impugnada no que tiver sido objeto de recurso.

8. No curso do processo de conhecimento onde Cibele ajuizou em face de Jussara, o Juiz proferiu decisão interlocutória deferindo tutela de urgência, suscetível de agravo de instrumento para Jussara. Contudo, Jussara entendeu por não recorrer. Ao final, a ação fora julgada procedente. Jussara, em sede preliminar de apelação impugnou àquela decisão de tutela de urgência em preliminar de mérito do recurso. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa CORRETA:

a) O recurso de Jussara pode ser conhecido na íntegra, analisando a preliminar levantada pois o Novo CPC admite que sejam discutidas em preliminar de apelação ou contrarrazões as decisões interlocutórias previstas no rol do art. 1015 do Código, não havendo que se falar em preclusão da decisão.

b) O recurso de Jussara pode ser conhecido na íntegra, analisando a preliminar levantada, pois o Novo CPC admite que sejam discutidas em preliminar de apelação ou contrarrazões todas as decisões interlocutórias, não havendo que se falar em preclusão da decisão.

c) Jussara deveria ter atacado a decisão através de agravo retido, afim de evitar a preclusão da decisão de tutela de urgência.

d) O recurso de Jussara não pode ser conhecido, porque Jussara deveria ter recorrido da decisão por meio de Agravo de Instrumento, já que a hipótese se encontra no rol do art. 1015 do CPC/15.

e) O recurso de Jussara pode ser conhecido, posto que era uma faculdade de Jussara interpor o recurso de Agravo naquele momento, razão pela qual o seu recurso pode ser analisado no que tange a preliminar alegada.

9. Sobre a ação de despejo, é CORRETO afirmar:

a) A ação de despejo não contempla em seu objeto a cobrança de aluguéis em atraso, decorrente do contrato de locação celebrado entre as partes. Isso porque a ação de despejo tem por finalidade, tão somente, a rescisão do contrato de locação e a consequente retomada da posse direta do imóvel locado.

b) A competência da ação de despejo é sempre determinada pelo do local em que se localiza o bem imóvel objeto da locação, não sendo possível a eleição de foro, por meio de convenção entre as partes, que altere a competência, justamente por se tratar de competência absoluta.

c) A legitimidade ativa na ação de despejo recai sempre sobre o proprietário do imóvel, não se admitindo a possibilidade de o administrador do imóvel figurar como autor desta demanda, embora este detenha a gestão do bem, por força do contrato de administração do bem formalizado com aquele.

d) A legitimidade passiva, por sua vez, na ação de despejo, recai necessariamente sobre



o inquilino ou locatário, não se admitindo jamais o direcionamento da demanda ao fiador, seja qual for o fundamento da ação.

e) Para a concessão de liminar na ação de despejo, a Lei exige que o autor preste caução no valor equivalente a três meses de aluguel, a qual servirá para fazer frente aos eventuais danos sofridos pelo réu, caso este venha a ter sucesso ao final da demanda, como expressão do dirigismo estatal na regulação dos contratos locatícios firmados entre particulares.

10. Em relação às ações de família de cunho contencioso, previstas no Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar:

a) O procedimento especial previsto no Código de Processo Civil, a ser impresso nas ações de família de natureza contenciosa, são empregados exemplificativamente nas ações de divórcio, separação, reconhecimento e extinção de união estável, guarda, visitação e filiação, dentre outras demandas inerentes ao Direito de Família, que não possuem regramento procedimental em legislação específica.

b) Ajuizada a ação de divórcio ou de separação judicial de natureza litigiosa, o procedimento a ser impresso será o procedimento comum, previsto no Código de Processo Civil, já a partir da propositura da demanda.

c) A citação do réu nas ações de família de cunho litigioso, dá-se pela mesma forma como ocorre no procedimento comum, sendo plenamente cabível a citação pela via postal, assim como a citação por hora certa e a citação por edital.

d) O procedimento especial previsto no Código de Processo Civil para o processamento das ações de família de cunho contencioso é aplicado durante todo o procedimento, mesmo se não houver acordo entre as partes e o feito necessitar de dilação probatória.

e) Em havendo a possibilidade de as partes alcançarem o consenso no curso de uma determinada ação de família de cunho litigioso e considerando a existência de partes e interessados maiores e capazes, o Juiz deverá extinguir o feito e determinar que a demanda seja solucionada na via extrajudicial, por se tratar de via obrigatória.

DIREITO PENAL

1. Leia com atenção as assertivas abaixo:

I - O erro sobre a ilicitude do fato exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.

II - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

III - O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da



pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.

Em relação às assertivas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas a assertiva III está correta.**
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

2. Leia com atenção as assertivas abaixo:

I – A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.

II – É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

III – No caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo tempo que resta da pena.

Em relação às assertivas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas a assertiva III está correta.
- e) Todas as assertivas estão corretas.**

3. Leia com atenção as assertivas abaixo, sobre as penas restritivas de direitos:

I – A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável somente às condenações superiores a quatro meses de privação da liberdade.

II – A perda de bens e valores pertencentes aos condenados dar-se-á, ressalvada a legislação especial, em favor do Fundo Penitenciário Nacional, e seu valor terá como teto – o que for maior – o montante do prejuízo causado ou do provento obtido pelo agente ou por terceiro, em consequência da prática do crime.

III – A limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos sábados bem como aos domingos, por 5 (cinco) horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.

Em relação às assertivas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas a assertiva II está correta.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.**
- e) Todas as assertivas estão corretas.

**4. Leia com atenção as assertivas abaixo:****I – A emoção e a paixão excluem a imputabilidade penal.****II – A embriaguez nunca exclui a imputabilidade penal.****III – É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.****Em relação às assertivas acima, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.**
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

5. Leia com atenção as assertivas abaixo:**I – O homicídio é crime comum, unissubjetivo, material e de forma livre.****II – O homicídio pode ser privilegiado–qualificado, desde que as qualificadoras sejam objetivas.****III - A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório, exceto o reconhecimento da reincidência.****Em relação às assertivas acima, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas a assertiva II está correta.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

6. Leia com atenção as assertivas abaixo:**I - O infanticídio é um crime próprio em relação ao sujeito ativo.****II - O crime de lesões corporais, em todas as suas formas, se processa mediante ação penal pública condicionada à representação.****III – O aborto cometido em caso de gravidez decorrente de estupro é fato atípico.****Em relação às assertivas acima, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Apenas a assertiva I está correta.**
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e II estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.



7. Leia com atenção as assertivas abaixo:

I – A competência para julgamento do crime previsto no art. 149 do CP (Redução à condição análoga a de escravo) é da Justiça Federal.

II – O crime de ameaça, previsto no art. 147 do CP, é um crime formal, pois se consuma quando a vítima toma conhecimento da ameaça, independentemente de se sentir intimidada ou não.

III – A retratação é possível nos crimes de calúnia e injúria, mas não no crime de difamação.

Em relação às assertivas acima, assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

d) Apenas a assertiva III está correta.

e) Todas as assertivas estão corretas.

8. Leia as assertivas abaixo, referentes ao art. 28 da Lei n. 11.343/06 (porte de drogas para consumo próprio):

I – Prescreve em 3 (três) anos.

II - Aquele que o pratica se submete às seguintes penas: advertência sobre os efeitos das drogas; medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo; prestação de serviços à comunidade pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

III - Quando o agente injustificadamente se recusar a cumprir a penalidade que lhe foi imposta, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente a admoestação verbal; multa; privação de liberdade pelo prazo máximo de 5 (cinco) meses.

Sobre as assertivas acima, assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas a assertiva I está correta.

b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

c) Apenas a assertiva II está correta.

d) Apenas a assertiva III está correta.

e) Todas as assertivas estão incorretas.

9. Leia com atenção as assertivas abaixo:

I – A ação penal do crime de dano simples (art. 163 do CP) é pública condicionada à representação.

II – Quando o criminoso é primário e de pequeno valor o objeto do crime, é possível ser reconhecida a forma privilegiada nos crimes de furto, apropriação indébita, estelionato e extorsão.



III – Em qualquer hipótese, o crime de estelionato, conforme recente alteração legislativa, somente se processa mediante representação da vítima.

Em relação às assertivas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas a assertiva II está correta.
- c) Apenas a assertiva III está correta.
- d) Todas assertivas estão corretas.

e) Todas as assertivas estão incorretas.

10. Leia com atenção as assertivas abaixo:

I – Prestar a criminoso, fora dos casos de co-autoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime constitui o crime de favorecimento real.

II – Inovar artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito se trata do crime de fraude processual.

III – Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral se trata do crime de exercício arbitrário das próprias razões.

Em relação às assertivas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Todas assertivas estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. O inquérito policial é tido como o principal instrumento investigatório preliminar no campo penal, objetivando formar a *opinio delicti* do titular da ação penal. Recentemente, em face da Lei n. 13.964/19 (Pacote Anticrime), a lei processual penal sofreu significativas alterações e, embora tenha parcial eficácia suspensa em face da liminar concedida pelo Ministro Luiz Fux (Supremo Tribunal Federal) através da medida cautelar na ADI 6.298, englobando também as ADIs 6.299, 6.300 e 6.305, deve ser desde já considerada para eventuais e futuros desdobramentos. A respeito, indique a assertiva EQUIVOCADA sobre a matéria:

a) Havendo ciência da ocorrência de qualquer delito, independentemente da



natureza da respectiva ação penal, é obrigação da autoridade policial instaurar o inquérito.

- b) Uma vez arquivado o inquérito, poderá eventualmente ser desarquivado se surgirem novas provas que alterem significativamente o panorama probatório até então formado, conforme assentado na Súmula 524 do STF.
- c) O inquérito, apesar de ser considerado o principal instrumento de investigação preliminar, pode ser dispensado se, por outros meios, for possível a formação da opinião delicti do titular da ação penal.
- d) Uma das alterações do CPP pelo Pacote Anticrime, embora com eficácia suspensa, diz respeito ao arquivamento do inquérito diretamente pelo Ministério Público, sendo inclusive previsto recurso a ser manejado dentro da própria instituição.
- e) O Ministério Público poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial caso necessárias novas diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

2. As prisões cautelares no processo penal devem observar rígidos critérios diante da gravidade de suas consequências e de sua excepcionalidade. Considerando as modalidades previstas, indique abaixo a assertiva que está em DESACORDO com a legislação vigente:

a) É permitido ao juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 70 anos de idade.

- b) O descumprimento das medidas cautelares alternativas à prisão pode, em determinados casos, dar ensejo à decretação da prisão preventiva.
- c) É válida a prisão pelo flagrante dito esperado, que consiste no simples aguardo do momento do cometimento do crime, em face de prévia investigação, para que se efetue a prisão do agente.
- d) É impossível a decretação de ofício pelo Juiz da prisão temporária prevista na Lei n. 7.960/89, que apenas pode decorrer de prévia representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público.
- e) A prisão preventiva somente será decretada se efetivamente necessária (princípios da excepcionalidade e necessidade) e apenas se não forem cabíveis e suficientes as medidas cautelares alternativas à prisão, preenchidos os demais requisitos específicos.

3. Sobre o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), é INCORRETO afirmar:

a) Foi instituído pelo denominado Pacote Anticrime (Lei n. 13.964/2019) e exige para a sua concretização, dentre outros requisitos, que o investigado tenha confessado formal e circunstancialmente o delito.

b) Aplica-se a qualquer infração penal, desde que a pena mínima seja inferior a quatro anos.

c) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo



membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.

d) Além da legalidade, o juiz deverá verificar a voluntariedade do acordo em audiência designada para tal fim.

e) Homologado judicialmente o acordo, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução penal.

4. Tendo em conta o procedimento comum e suas espécies elencadas no Código de Processo Penal, aponte dentre as alternativas seguintes aquela que NÃO apresenta qualquer ERRONIA quanto ao tema proposto:

a) O procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo, cuja classificação leva em conta a sanção máxima cominada aos tipos penais pretensamente violados.

b) Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação quando em primeira instância, apenas.

c) Na audiência de instrução e julgamento o juiz poderá de ofício alterar a ordem de inquirição das testemunhas arroladas, esclarecimentos de peritos e declarações do ofendido, desde que garanta ao acusado seja interrogado ao final.

d) A denominada resposta à acusação é peça facultativa à defesa.

e) O recurso cabível contra a decisão que rejeita a denúncia ou queixa é a apelação.

5. Único procurador constituído, devidamente intimado para apresentar as alegações finais em ação penal, peticionou informando sua renúncia ao mandato outorgado pelo réu. Nesse caso, deve o juiz:

a) Intimar a Defensoria Pública para que apresente as alegações finais.

b) Ouvir o Ministério Público a respeito da renúncia.

c) Rejeitar a renúncia oferecida e comunicar o órgão de classe, por se tratar de peça essencial ao processo.

d) Intimar o réu para que compareça à Defensoria Pública.

e) Intimar o réu para que constitua novo defensor no prazo que fixar.

6. Marque a opção correta a respeito dos preceitos da Lei n. 12.850/2013 (Organização Criminosa):

a) Considera-se organização criminosa a associação de 3 (três) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente.

b) Nos casos de colaboração premiada, o juiz atua como fiscal das cláusulas durante a fase de negociações, a fim de assegurar a correção para posterior homologação.

c) O juiz não poderá recusar homologação à proposta quando ficar demonstrada a voluntariedade e a adesão do acusado aos seus termos.



d) A infiltração de agentes no âmbito da Lei de Organização Criminosa depende de autorização judicial.

e) Em todas as fases do processo, réu delatado e réu delator devem se manifestar em prazo comum fixado pelo juiz.

7. Segundo recente decisão prolatada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal na Suspensão de Liminar 1395, qual a interpretação a ser implementada na leitura do disposto no art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal?

a) A reavaliação da prisão, dentro do prazo legalmente previsto, é condição de sua validade e eficácia.

b) O Juiz, mediante provocação das partes (Ministério Público e/ou Defesa), deverá reavaliar a prisão decretada, sob pena de torná-la absolutamente ilegal, importando na imediata soltura do acusado.

c) O Juiz deverá, de ofício, reavaliar a prisão por si decretada, sob pena de, não o fazendo, responder pelo crime de abuso de autoridade, consoante disposto no art. 12, parágrafo único, IV, da Lei 13.869/2019.

d) A não reavaliação da prisão dentro do interregno legalmente previsto não implica a revogação automática da prisão preventiva, sendo que o juízo competente deve ser instado a reavaliar a legalidade e a atualidade de seus fundamentos.

e) A decisão revisora da prisão cautelar deverá ser tomada, apenas, quando a conveniência e oportunidade para a investigação criminal determinar.

8. Os prazos no Processo Penal contam-se:

a) Em dias úteis, por aplicação analógica do Código de Processo Penal (art. 3º, CPP).

b) Da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.

c) Se computará no prazo o dia do começo, excluindo-se, porém, o do vencimento.

d) Dos atos ocorridos em audiência, o réu deverá ser intimado, através de seu Defensor, constituído ou nomeado, por meio do Diário da Justiça.

e) O prazo que terminar em domingo ou dia feriado não se considerará prorrogado até o dia útil imediato.

9. Sobre a ação penal e civil, assinie a alternativa INCORRETA:

a) Privilegia o nosso sistema a separação da jurisdição, fazendo com que a ação penal destine-se à condenação do agente pela prática da infração penal e a ação civil tenha por finalidade a reparação do dano, quando houver.

b) Apesar da consagração da separação, prevalece a justiça penal sobre a civil quando reconhecer no julgamento que inexistiu o fato ou tiver afastado a autoria.



- c) Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- d) No Código de Trânsito Brasileiro, por meio da multa reparatória, estabeleceu-se que o juiz criminal pode, na sentença condenatória, não somente impor a pena, mas também um ressarcimento à vítima, sempre que houver prejuízo material resultante do crime.
- e) No caso de reconhecimento, na esfera penal, de que o fato ocorreu em estado de legítima defesa, não será possível, na esfera cível, a vítima buscar reparação pelo dano gerado em face do agressor.**

10. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) No processo penal, somente se permite a revisão criminal quando favorável ao réu, logo, a relativização da coisa julgada somente incide *pro reo*, inexistindo hipótese legal em que se possa admitir tal relativização em benefício do órgão acusador.**
- b) O habeas corpus caracteriza-se como um recurso de natureza mandamental e com status constitucional.
- c) Quando se pretende o trancamento do processo, por meio do *habeas corpus*, por falta de justa causa, não se admite a ampla análise e valoração da prova constituída nos autos em razão da sumariedade da cognição característica desse remédio constitucional, no qual não se admite dilação probatória.
- d) Admite-se o mandado de segurança na esfera criminal contra decisão transitada em julgado, conforme entendimento prevalente do STJ.
- e) É possível o manejo do mandado de segurança para se atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. A entidade da administração pública indireta criada por meio de lei para o desempenho de atividades específicas, com personalidade jurídica pública e capacidade de autoadministração é a:

- a) Empresa subsidiária.
- b) Autarquia.**
- c) Fundação privada.
- d) Sociedade de economia mista.
- e) Empresa privada.

2. O alvará de licença e o alvará de autorização concedidos pela administração pública constituem meio de atuação do poder:



a) Hierárquico.

b) De polícia.

c) Hierárquico e do disciplinar.

d) Disciplinar.

e) Regulamentar.

3. Um Estado da federação criou uma premiação como forma de reconhecimento pelos serviços prestados por agentes públicos de diversos órgãos. Assim, o estado contratou um artista plástico amplamente consagrado pela crítica especializada para elaborar os troféus e as medalhas, hipótese que configura:

a) Leilão.

b) Concorrência.

c) Tomada de preços.

d) Inexigibilidade de licitação.

e) Dispensa de licitação.

4. Se, na instalação de uma passagem de fios com a finalidade de distribuição de energia elétrica para a população local, apresentar-se como uma necessidade pública a utilização de parte de um terreno privado, caberá, sobre essa propriedade privada, a intervenção estatal na modalidade:

a) Tombamento.

b) Requisição.

c) Servidão civil.

d) Desapropriação.

e) Servidão administrativa.

5. Caso uma autoridade pública, como forma de punição, determine, de ofício, a remoção de um agente público com quem tenha tido desavenças anteriormente, o ato administrativo revelará vício:

a) Na forma, sendo inviável a convalidação.

b) Na finalidade, sendo inviável a convalidação.

c) Na competência, sendo inviável a convalidação.

d) No motivo, sendo passível a convalidação.

e) Na competência, sendo passível a convalidação.

6. Um terreno pertencente ao Estado e anteriormente sem utilização passou a ser usado por um órgão público para o desempenho de determinadas tarefas. Trata-se de bem público que era de uso:

a) Dominical e, após a afetação, passou a ser bem de uso especial.



- b) Especial e, após a desafetação, passou a ser bem de uso comum do povo.
- c) Especial e, após afetação, passou a ser bem dominical.
- d) Dominical e, após desafetação, passou a ser bem de uso comum do povo.
- e) Especial e, após afetação, passou a ser bem de uso comum do povo.

7. A investidura em cargo público ocorrerá com a:

a) Posse.

- b) Nomeação.
- c) Transferência.
- d) Ascensão.
- e) Cessão.

8. A investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, é:

- a) A reversão.
- b) A readaptação.
- c) A reintegração.**
- d) A recondução.
- e) A transferência.

9. Os princípios da Administração Pública estabelecidos expressamente na Constituição Federal são:

- a) Eficiência, razoabilidade, objetividade, indisponibilidade e finalidade.
- b) Capacidade, pessoalidade, razoabilidade, autotutela e disponibilidade.
- c) Noralidade, eficiência, razoabilidade, autotutela e disponibilidade.
- d) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.**
- e) Indisponibilidade do interesse público, continuidade do serviço público e legalidade.

10. Tendo ocorrido uma enchente causada por chuvas, com danos a moradores locais, foi comprovado que os serviços prestados pela Administração Municipal foram ineficientes, além do que os bueiros de escoamento das águas estavam entupidos e sujos, principalmente pelo depósito acumulado de terra e argila. Nesse caso, a Administração:

- a) Não será responsável porque o fato não ocorreu pela conduta de seus agentes.
- b) Deverá indenizar os moradores por força da responsabilidade objetiva.
- c) Responderá pelos danos causados em face da responsabilidade subjetiva.**
- d) Não será responsável em face da culpa exclusiva dos moradores por eventual depósito de lixo no local.



e) Haverá responsabilidade objetiva pelo risco integral.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Acerca da Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário, é CORRETO afirmar:

- a) O pagamento do tributo lançado de ofício somente extingue o crédito mediante condição resolutória ulterior.
- b) Em qualquer caso, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
- c) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário dispensa contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.
- d) A concessão de parcelamento, quando concedido em caráter individual, prescinde de prévia autorização legal.

e) O depósito do montante integral do tributo devido é uma prerrogativa do contribuinte e que dispensa qualquer prévia autorização para ser realizado.

2. No que tange à Extinção do Crédito Tributário, assinale a alternativa FALSA:

- a) A prescrição extingue tanto o direito de ação do Sujeito Ativo, como o próprio crédito tributário.
- b) De acordo com Súmula Vinculante do STF, o prazo decadencial para as contribuições sociais é de 10 (dez) anos.**
- c) A remissão concedida em caráter individual não gera direito adquirido.
- d) É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
- e) A transação para extinguir o crédito tributário, de acordo com o CTN, deve ser judicial.

3. Acerca da fiscalização tributária, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não viola o sigilo fiscal a divulgação de informações referentes a inscrições de créditos em Dívida Ativa.
- b) A Fiscalização Fazendária somente pode acessar aos livros e documentos dos empresários, mediante ordem judicial.
- c) As autoridades administrativas federais poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou



desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

d) No exercício da fiscalização tributária, não tem aplicação à autoridade administrativa quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.

e) É vedado à União permutar informações de contribuintes com os Estados e os Municípios.

4. Determinado Município, com o objetivo de criar um polo comercial, resolveu editar lei de incentivo fiscal, concedendo isenção de ISS durante 5 anos para empresa que se estabelecesse no referido Município, desde que a mesma gerasse no mínimo 40 empregos e implicasse num investimento mínimo de R\$ 500.000,00. A empresa XYJ, cumprindo os requisitos, instalou-se no Município que passou a gozar o benefício. Considerando que a empresa vem cumprindo integralmente os requisitos exigidos pela lei, neste caso a isenção concedida à empresa XYJ:

a) Pode ser revogada a qualquer momento, através de lei.

b) Pode ser revogada a qualquer momento, através de decreto do prefeito municipal.

c) Pode ser revogada, mas deve observar a regra da anterioridade.

d) Pode ser revogada apenas por lei complementar.

e) Não pode ser revogada.

5. Acerca do lançamento tributário, assinale a alternativa CORRETA:

a) O lançamento por declaração é aquele efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

b) O lançamento por declaração é realizado quando o cálculo do tributo é realizado pela autoridade lançadora, mediante arbitramento do mesmo, em razão da omissão ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados pelo sujeito passivo.

c) Considera-se de ofício, o lançamento que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

d) O arbitramento é cabível sempre que o pagamento antecipado realizado pelo obrigado, sob condição resolutória da ulterior homologação ao lançamento não seja expressamente homologado pela autoridade competente.

e) O lançamento por homologação é aquele pelo qual o Fisco, recebendo a declaração



do sujeito passivo ou de terceiros, apura o tributo devido e, posteriormente, notifica o contribuinte.

6. Acerca das disposições do CTN quanto às garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a opção CORRETA:

a) O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

b) Todos os bens e rendas do devedor respondem pelas dívidas tributárias, inclusive aqueles considerados impenhoráveis pela legislação civil.

c) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário altera a natureza deste quando se tratar de garantia real sobre imóvel.

d) No processo falimentar, a multa tributária não possui nenhuma preferência processual

e) Em relação ao concurso de credores entre os entes tributantes, não há ordem de preferência, sempre recebendo os entes credores de forma proporcional.

7. Acerca do lançamento tributário, é CORRETO afirmar que:

a) Havendo decisão administrativa definitiva que anule determinado lançamento fiscal por vício formal, fica impedido o fisco de efetuar novo lançamento para constituição do crédito tributário.

b) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode ser alterado.

c) Lançamento de ofício é a modalidade em que o contribuinte declara, apura e recolhe o tributo devido, para ulterior homologação pelo fisco.

d) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

e) Ao lançamento aplica-se a lei vigente no ato de sua efetivação.

8. Em relação à Competência Tributária e às funções de arrecadação e fiscalização (capacidade tributária ativa), pode afirmar CORRETAMENTE que:

a) A função de arrecadar e a de fiscalizar, assim como a competência tributária são indelegáveis.

b) A competência tributária é delegável apenas a outra pessoa jurídica de direito público, mas a função de arrecadar e fiscalizar é indelegável.

c) A competência é indelegável até mesmo para outra pessoa jurídica de direito público ao passo que a função de arrecadar tributos é delegável à qualquer pessoa.

d) A capacidade tributária ativa não é delegável.

e) Ambas são sempre delegáveis, desde que mediante lei complementar.

9. Acerca da aplicação de medidas provisórias em matéria tributária pode-se



AFIRMAR corretamente que:

- a) De acordo com Constituição Federal é vedado o uso de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos por violar o princípio da legalidade tributária.
- b) Medida provisória que implique instituição ou majoração de tributos, em regra, só produz efeitos no exercício financeiro seguinte àquele em que houver sido convertida em lei.**
- c) É vedado o uso de medida provisória para instituir empréstimos compulsórios e imposto sobre produtos industrializados, por serem tributos reservados à lei complementar.
- d) De acordo com o entendimento do STF, tendo a medida provisória força de lei, o seu uso em matéria tributária para instituir ou majorar os tributos é irrestrito.
- e) É constitucional a alteração do Código Tributário Nacional através de Medida Provisória.

10. Assinale, abaixo, a opção que, segundo decorre do Código Tributário Nacional, contém afirmação FALSA:

- a) A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.**
- b) O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.
- c) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- d) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- e) Fato gerador da obrigação acessória é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

DIREITO EMPRESARIAL

1. Sobre o direito empresarial, suas fontes, o nome empresarial e o estabelecimento comercial, identifique a alternativa CORRETA:

- a) Com a entrada em vigor do Código Civil de 2002 o Brasil cedeu espaço à unificação do direito privado, oportunidade em que adotou o sistema francês, marcado pelo *Code de Commerce*, de 1808, conhecido como Código Mercantil Napoleônico.
- b) A analogia e as práticas do mercado (usos e costumes) são fontes formais primárias ou diretas do direito comercial.
- c) A sociedade simples é personificada e, invariavelmente, utilizada por profissionais que exercem profissão intelectual (exemplo: sociedade de médicos), podendo adotar



tanto firma como denominação social, seguidos da expressão “sociedade simples” ou sua abreviação “S/S” – “SS”.

d) A sociedade limitada poderá adotar apenas firma e não denominação social.

e) O nome empresarial está intimamente ligado com a atividade econômica desenvolvida pela empresa, que não se confunde com o título de estabelecimento, pois este se identifica com o local, o ponto onde empresário exerce a sua atividade.

2. Sabe-se que a dissolução parcial da sociedade ou a sua resolução em relação a um sócio não implicará na sua extinção, pois a empresa continuará no curso das suas atividades econômicas. Sobre isso identifique a alternativa CORRETA:

a) No término do prazo de duração da sociedade por prazo determinado ocorrerá à dissolução parcial da sociedade.

b) A exclusão judicial do sócio por justa causa (falta grave), a exemplo do desvio de recursos do caixa, implicará na resolução da sociedade em relação ao sócio faltoso, com a consequente dissolução parcial da sociedade e redução do capital social, salvo se os demais sócios suprirem o valor das respectivas quotas.

c) A anulação da constituição da sociedade mediante sentença transitada em julgado, em processo judicial de iniciativa de um dos sócios, implicará na dissolução parcial da sociedade.

d) O contrato social não pode prever outras hipóteses de resolução da sociedade em relação a um sócio ou a dissolução total da sociedade, além daquelas legalmente previstas.

e) Em razão da incapacidade superveniente de um dos sócios (sociedade limitada), os demais sócios poderão excluí-lo da sociedade pagando os seus haveres, independentemente de decisão judicial a respeito.

3. Sobre o proecimento de falência, assinale a alternativa CORRETA:

a) Pela atual conformação legal, não é possível a continuidade das atividades da empresa falida.

b) Todos os bens que estejam na posse da empresa falida, ainda que não seja de sua propriedade, deverão ser arrecadados pelo administrador judicial.

c) A revogação dos atos praticados pelo empresário falido no estado falimentar sempre poderá ser realizado de ofício pelo magistrado.

d) O prazo para apresentação de habilitação ou impugnação de crédito ao administrador judicial é de 10 dias, a contar da publicação do edital da decisão declaratória de falência.

e) O encerramento das obrigações falimentares do falido dar-se-á quando da verificação do prazo prescricional de 3 anos, a contar da decisão declaratória de falência.



4. Sobre a reorganização societária e a dissolução de sociedade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Tanto na sociedade limitada como na sociedade anônima, a deliberação sobre fusão, incorporação ou dissolução exige o consentimento de metade do capital social com direito de voto.
- b) A dissolução da sociedade limitada ou anônima, necessariamente, importa a abertura do procedimento de liquidação, visando a apuração do ativo e o pagamento do passivo.
- c) A transformação das sociedades limitadas demanda a deliberação de 3/4 do capital social.
- d) A liquidação da sociedade e a apuração de haveres são instrumentos societários previstos para a mesma finalidade, notadamente apuração do valor das quotas para indenização ao sócio retirante.

e) A decretação de falência e o exaurimento do objeto social são exemplos de dissolução societária que demandam a propositura de demanda específica.

5. A Lei nº 11.101, de 09.02.2005, trata da recuperação extrajudicial, da recuperação judicial e da falência. Dentre as alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

a) Poderá requerer a recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido exerça regularmente suas atividades há mais de 3 (três) anos e que atenda aos demais requisitos determinados na Lei n. 11.101/05.

b) As obrigações anteriores à recuperação judicial observarão as condições originalmente contratadas ou definidas em lei, inclusive no que diz respeito aos encargos, salvo se de modo diverso ficar estabelecido no plano de recuperação judicial.

c) O pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial acarretará suspensão de direitos, ações ou execuções, e prevê a possibilidade do pedido de decretação de falência pelos credores não sujeitos ao plano de recuperação extrajudicial.

d) O devedor poderá desistir do pedido de recuperação judicial após o deferimento de seu processamento, independentemente de obter ou não a aprovação da desistência na assembleia geral de credores.

e) A recuperação judicial que tem por objetivo viabilizar a superação da situação da crise econômico-financeira do devedor e, acima de tudo preservar a empresa, somente poderá ser requerida pelo próprio devedor.

6. A Lei nº 6.404, de 15.12.1976, conhecida como Lei das Sociedades por Ações, e suas alterações, disciplina a sociedade anônima. Dentre as alternativas abaixo, assina a CORRETA:

a) A sociedade anônima, também chamada companhia poderá emitir debêntures que



conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições constantes da escritura de emissão e, se houver, do certificado. O agente fiduciário nomeado na escritura de emissão tem poderes para acordar na modificação das cláusulas e condições da emissão.

b) As deliberações da sociedade anônima são tomadas em assembleia geral Ordinária ou Extraordinária de acionistas, conforme os assuntos a serem apreciados e poderão ser, cumulativamente, convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, instrumentadas em ata única.

c) O capital social da sociedade anônima, formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro, divide-se em ações. As ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais ou de fruição e só poderão ser de uma única classe.

d) A constituição de sociedade anônima depende do cumprimento de requisitos preliminares, dentre estas realizações, como entrada, de 10% (dez por cento), no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro, cujo valor do depósito independe da modalidade de sociedade anônima, deverá ser realizado no Banco do Brasil ou em outro estabelecimento bancário autorizado pela CVM.

e) A administração da sociedade anônima competirá, conforme dispuser o estatuto, ao conselho de administração e à diretoria, ou somente à diretoria. Os membros do conselho de administração não poderão ser eleitos para cargos de diretores.

7. A Lei nº 11.101, de 09.02.2005 (Lei Falimentar), trata da falência da empresa, denominada pela Lei como devedor. O processo falimentar da empresa devedora se constitui de várias fases, cujo objetivo maior é levantar o passivo e o ativo e pagar os credores. Dentre as alternativas abaixo, que tratam a falência, assinale a CORRETA:

a) Durante o processo falimentar o administrador judicial não poderá alugar ou celebrar outro contrato referente aos bens da massa falida, mesmo que seja com o objetivo de produzir renda para a massa falida.

b) Para atender a fase da realização do ativo no processo falimentar, a Lei Falimentar prevê que a venda dos bens seja feita por uma das seguintes modalidades: leilão, por lances orais; propostas fechadas e pregão e que, em qualquer modalidade adotada, a massa falida deve apresentar as certidões negativas da massa falida.

c) O mandato conferido pelo devedor, antes da falência, para a realização de negócios, cessará seus efeitos com a decretação da falência, cabendo ao mandatário prestar contas de sua gestão e o mandato conferido para representação judicial do devedor continua em vigor até que seja expressamente revogado pelo administrador judicial.

d) A ação revocatória, prevista na Lei Falimentar, visa o retorno dos bens à massa falida



em espécie, com todos os acessórios, ou o valor de mercado, acrescidos das perdas e danos e caberá unicamente ao administrador judicial propô-la em juízo.

e) Os bens arrecadados no processo falimentar ficarão sob a guarda do administrador judicial ou de pessoa por ele escolhida, sob responsabilidade daquele, não sendo facultado ao falido ou seus representantes ser nomeado depositário dos bens.

8. O Código Civil (Lei n. 10.406, de 10.01.2002), ao tratar das sociedades, prevê a Sociedade Limitada. Dentre as alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

a) A sociedade limitada pode adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final “limitada” ou sua abreviatura e o uso da firma ou denominação social é privativo do sócio.

b) Na sociedade limitada, os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

c) Na sociedade limitada, as deliberações dos sócios serão tomadas em reunião ou em assembleia, conforme previsto no contrato social, devendo ser convocadas pelos administradores nos casos previstos em lei ou no contrato. Caso a sociedade tenha 10 (dez) ou mais sócios, as deliberações deverão ser, obrigatoriamente, em assembleia.

d) Independentemente se a sociedade limitada for constituída por apenas dois sócios, a exclusão de um destes sócios somente poderá ser determinada em assembleia especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

e) A administração na sociedade limitada poderá ser realizada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado. A administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

9. Lei n. 10.406, de 10.01.2002 (Código Civil) e suas alterações, ao tratar das sociedades, as classificou em sociedades personificadas e não personificadas. De acordo com a legislação pertinente ao assunto, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A sociedade simples é aquela formada por quem exerce profissão intelectual de natureza científica, literária ou artística, mesmo com o concurso de auxiliares e colaboradores e as obrigações dos sócios começam imediatamente com o contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais.

b) Na sociedade simples o sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, responde pela evicção; e pela solvência do devedor, aquele que transmitir crédito.



c) Na sociedade em conta de participação, sociedade não personificada, cuja atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes, a falência do sócio ostensivo acarreta a dissolução da sociedade e a liquidação da respectiva conta, cujo saldo constituirá crédito quirografário.

d) Na sociedade em nome coletivo, modalidade de sociedade personificada em que participam, como sócios, pessoas físicas e pessoas jurídicas, todos os sócios respondem limitadamente pelas obrigações sociais e a administração da sociedade compete exclusivamente a sócios.

e) A sociedade cooperativa, modalidade de sociedade simples em que a responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada e cada sócio tem o direito a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação.

10. De acordo com a legislação brasileira, que trata sobre os títulos de crédito, assinale a alternativa CORRETA:

a) O pagamento de uma letra de câmbio pode ser no todo ou em parte garantido por aval que é uma garantia dada por um terceiro ou mesmo por um signatário da letra. O aval deve indicar a pessoa por quem se dá. Na falta de indicação o aval não tem validade.

b) Na nota promissória, título no qual o devedor promete efetuar o pagamento ao credor, a falta de indicação da época do pagamento ou que não contenha indicação do lugar onde foi passada, não produz efeito como título de crédito.

c) O emitente ou o portador do cheque podem cruzá-lo mediante a aposição de dois traços paralelos no anverso do título e que pode ser geral ou especial e este cruzamento pode ser inutilizado a qualquer momento.

d) A duplicata tem sua origem na fatura resultante da compra e venda mercantil entre partes domiciliadas em território brasileiro e é protestável por falta de aceite, de devolução ou de pagamento e cujo protesto pode ser lavrado por simples indicação do portador, na falta de devolução do título.

e) O cheque é uma promessa de pagamento e aquele que for emitido em moeda estrangeira é pago, no prazo de apresentação, em moeda nacional ao câmbio do dia do pagamento, obedecida a legislação especial.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Marque a alternativa em que a vírgula está MAL-EMPREGADA:

a) O autor recorreu, mas seu recurso foi desprovido.

b) Não cabe recurso contra aquele ato judicial, pois este não tem natureza decisória.



c) Isso porque o réu, ficou insatisfeito com a decisão.

- d) Indignada, a Juíza se retirou da sessão.
- e) Em todas as alternativas a vírgula está bem-empregada.

2. Marque a alternativa em que há ERRO no emprego do sinal indicativo de crase:

- a) A empresária foi à Europa a passeio.
- b) Ele deu isso às suas irmãs.
- c) A reunião vai das 10 às 12 horas.

d) Os bens foram levados à leilão.

- e) Eles se referiram àquela discussão.

3. Em “Vou à Blumenau em outubro”, o emprego do sinal indicativo de crase é INCORRETO porque:

- a) Não pode haver crase antes de nome de cidades.
- b) Não pode haver crase após verbos, no caso “Vou”.
- c) “Blumenau” é uma palavra oxítone.

d) Não há artigo definido antes de “Blumenau”.

- e) O emprego da crase está correto.

4. Na frase “A partir de agora, todos os carros deverão retornar à instituição”:

a) O emprego da vírgula está correto.

- b) Há vírgula depois de “todos”.
- c) Há vírgula depois de “carros”.
- d) O emprego da vírgula depois de “agora” está incorreto.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

5. Na frase “O Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Desembargador Ricardo Roesler, garantiu agilidade no julgamento de todos os processos, sem exceção”:

- a) A vírgula depois de “Santa Catarina” está incorreta.

b) Todas as vírgulas estão corretamente empregadas.

- c) A vírgula antes de “sem exceção” é proibida.
- d) A vírgula depois de “Ricardo Roesler” está mal-empregada.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

6. Assinale a alternativa cujo hífen (ausência ou presença) se encontra em DESACORDO com a nova ortografia:

a) Auto-estrada / infraassinado.

- b) Semiaberto / coerdeiro.
- c) Infra-assinado / coerdeiro.
- d) Corréu / autoestrada.



e) Corréu / infra-assinado.

7. Assinale a alternativa cuja acentuação se encontra em DESACORDO com a nova ortografia:

- a) Européia, paranóico, coroneis.**
- b) Constrói, ideia, assembleia.
- c) Leem, deem, preveem.
- d) Jiboia, réu, anzóis.
- e) Assembleia, réu, jiboia.

8. Assinale o único período que ATENDE às regras da gramática formal:

- a) Falou por três horas acerca da necessidade da limpeza dos equipamentos.
- b) Desejo residir em Joinville daqui há cerca de dois anos.
- c) Mostrou-se cauteloso acerca da divisão dos bens.**
- d) O Tribunal de Justiça fica acerca de dez quilômetros.
- e) O juiz não se manifestou acerca do caso.

9. Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas:

I. Desconheço o motivo _____ ele não foi aprovado no processo seletivo.

II. Ela não o encontrou, _____?

III. _____ é estudiosa, a estudante foi aprovada no concurso.

- a) I-por quê – II-porquê – III-porque
- b) I-porquê – II-por quê – III-porquê
- c) I-por que – II-porque – III-porque
- d) I-por que – II-porquê – III-porque
- e) I-por que – II-por quê – III-porque**

10. Em relação aos itens abaixo:

I - “Os meios jurisdicionais podem ocorrer por meio da arbitragem, que é o meio _____, e pela Corte Internacional de Justiça, que é o meio judicial.”

II - “A perícia _____ é aquela realizada entre pessoas físicas e privadas, fora do Estado e fora do poder judiciário.”

III - “Este sentido se atém às noções de aplicabilidade, exigibilidade ou executoriedade da norma, perpassando pelo exame do preenchimento das condições _____ aptas à produção de efeitos jurídicos específicos.”

Assinale a alternativa que completa os espaços, levando em consideração a ortografia vigente:

- a) I- semi-judicial, II- extrajudicial, III- intrassistêmicas
- b) I- semi-judicial, II- extrajudicial, III- intras-sistêmicas
- c) I- semi-judicial, II- extra-judicial, III- intrassistêmicas
- d) I- semijudicial, II- extra-judicial, III- intra-ssistêmicas
- e) I- semijudicial, II- extrajudicial, III- intrassistêmicas**

JUIZADOS ESPECIAIS



1. Quais são os princípios que regem as audiências de conciliação e mediação?

- a) Diálogo e ética.
- b) Confidencialidade e imparcialidade**
- c) Conversação e informalidade.
- d) Empatia e confidencialidade.
- e) Formalidade e ética.

2. Sobre a atuação do conciliador é CORRETO afirmar:

- a) É vedado ao conciliador ter audiência individual com cada uma das partes, em consonância com o princípio da confidencialidade.
- b) É possível o conciliador atuar na audiência de conciliação em que uma das partes possua amizade íntima com o conciliador, não se aplicando as regras de impedimento e suspensão.
- c) É facultado ao conciliador marcar duas sessões se ele assim entender necessário, ainda que as partes optem pela não continuidade da sessão.
- d) O mediador deve atuar, obrigatoriamente, com a presença de um co-mediador na sessão.
- e) O conciliador não poderá expressar no termo de audiência quaisquer informações acerca do que for conversado na sessão, salvo se todas as partes optarem pela consignação.**

3. O código de processo civil vigente prevê que a audiência de conciliação constante no artigo 334 seja realizada em que fase processual?

- a) Deve ser realizada na fase pré-processual, como requisito de admissão do processo.
- b) Na fase inicial, ou seja, após recebida a petição inicial pelo juízo competente.**
- c) Na fase de saneamento para confirmação da impossibilidade de composição amigável da lide e fixação dos pontos controvertidos da demanda.
- d) Como inauguração da fase instrutória e antes da prolação da sentença.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

4. Para atuar como mediador o profissional deve ter qual formação:

- a) Ter a formação nos moldes exigidos pelo CNJ (100 horas de capacitação).**
- b) Conhecimento da matéria dos autos.
- c) Ser graduado em psicologia.
- d) Ser graduado em Direito.
- e) Ser servidor do Poder Judiciário.

5. São ferramentas utilizadas pelo conciliador ou mediador na condução das



audiências:

a) Sessão individual, inversão de papéis, recontextualização, resumo prospectivo e silêncio.

- b) Sessão individual, imposição, resumo prospectivo e audição de propostas implícitas.
- c) Resumo prospectivo, recontextualização, intimidade com as partes e imposição da vontade do conciliador.
- d) Inversão de papéis, sessão individual e não participação dos advogados no acordo.
- e) Resumo prospectivo, afago, atribuição de culpa e validação de sentimentos.

6. De acordo com a Lei 9.099/1995, quais são os princípios/critérios que regem os processos que tramitam sob a luz da referida lei:

a) Oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade.

- b) Oralidade, cooperação, informalidade, economia processual e ampla defesa.
- c) Oralidade, simplicidade, contraditório, economia processual e informalidade.
- d) Oralidade, simplicidade, informalidade, transparência e celeridade.
- e) Oralidade, contraditório, ampla defesa, transparência e economia processual.

7. Assinale a alternativa CORRETA de acordo com a Lei 9.099/1995:

- a) A citação por edital é autorizada nos processos que tramitam perante o Juizado Especial Cível.
- b) Poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.
- c) O Juizado Especial Cível tem competência para julgar as ações de despejo de qualquer natureza.
- d) O Juizado Especial Cível é competente para execução dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até vinte vezes o salário mínimo.
- e) O processo perante o Juizado Especial Cível será extinto sem resolução do mérito quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo.**

8. O Juizado Especial Cível NÃO é competente para processar e julgar:

- a) Ações com valores de alçada até 40 salários mínimos.
- b) Ações com causas de natureza alimentar.**
- c) Ações de despejo para uso próprio.
- d) Ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a 40 salários mínimos.
- e) Ações de cobrança de honorários advocatícios.

9. Sobre os recursos inominados apresentados contra as sentenças proferidas nos



processos que tramitam diante do Juizado Especial Cível, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No recurso, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado.
- b) O preparo será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, sob pena de deserção.
- c) Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.
- d) O recurso será interposto no prazo de 15 dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.**
- e) Após o preparo, a Secretaria intimará o recorrido para oferecer resposta escrita no prazo de dez dias.

10. Sobre a legitimidade ativa nos processos que tramitam perante o Juizado Especial Cível, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Segundo a Lei 9.099/1995, as sociedades por ações, conhecidas como S/A, podem propor ação perante o Juizado Especial Cível.
- b) Os cessionários de direito de pessoas jurídicas podem ajuizar demandas sob o rito da lei 9.099/1995.
- c) As microempresas podem ajuizar ações no Juizado Especial Cível, excluídas as microempresas optantes pelo sistema de tributação simplificada conhecido como SIMPLES.
- d) As pessoas jurídicas de direito público podem ser autoras no Juizado Especial Cível.
- e) As sociedades de crédito ao microempreendedor, assim definidas na Lei 10.194/2001, podem ser autoras perante o Juizado Especial Cível.**